

**HABEAS CORPUS Nº 567.605 - SP (2020/0071725-8)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**LUÍS CÉSAR ROSSI FRANCISCO - SP227133**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : RAFAEL ANTONIO LOURENCO DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RAFAEL ANTONIO LOURENÇO DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no *Habeas Corpus* n.º 2025575-78.2020.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante em 09/02/2020, com a conversão da prisão em preventiva no dia subsequente, e, posteriormente, denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, c.c. os arts. 29 e 329, por duas vezes, e 331, na forma do art. 69, todos do Código Penal, pois surpreendido na posse de "*duas pequenas porções de maconha, três pinos de cocaína, quatro papéletes de cocaína e R\$ 16,00 (dezesseis reais) em espécie*" (fl. 65), ao peso de "**DUAS PORÇÕES DE MACONHA – PESO BRUTO COM INV. / LACRE 9 GRAMAS; SETE PORÇÕES DE COCAÍNA – PESO BRUTO COM INV. / LACRE 11 GRAMAS**" (fl. 26; sem grifos no original), segundo auto de constatação preliminar de substância entorpecente.

A denúncia foi recebida em 14/02/2020, ocasião em que o Paciente teve indeferido o pedido de revogação da prisão preventiva.

Inconformada com a segregação cautelar do Paciente, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, cuja ordem foi denegada nos termos da ementa a seguir transcrita (fl. 99):

"HABEAS CORPUS – Tráfico Ilícito de Drogas – Alega constrangimento ilegal em razão da conversão da prisão em flagrante em preventiva, mediante decisão carente de motivação concreta. Alega, ainda, que estão ausentes os requisitos ensejadores da custódia cautelar – IMPOSSIBILIDADE – Caso em que, a decisão se encontra suficientemente fundamentada. Ademais, ainda que sucinta, demonstrada de forma adequada a presença dos requisitos ensejadores da custódia cautelar dos pacientes, em consonância com disposto artigo 93, inciso IX

*da Carta Magna.*

*De outro lado, remanescem os requisitos da prisão preventiva, nos termos do art. 312, do CPP – Periculum Libertatis – Responde a outra ação penal que apura suposta prática de tráfico de ilícito de drogas, bem como é investigado em outros feitos que apuram a prática de tráfico e roubo majorado, indicando que as medidas cautelares alternativas não são suficientes para resguardar a ordem pública. Precedentes do STJ.*

*Ordem denegada."*

Neste writ, a Defesa sustenta, em síntese, que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, tendo sido amparado apenas na gravidade abstrata do delito, bem como a ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar.

Argumenta, para tanto, que teriam sido apreendidas pequenas porções de entorpecentes.

Aduz, ainda, que o Paciente é primário e possui ocupação lícita.

Por fim, alega constrangimento ilegal em sua prisão preventiva em razão da pandemia do COVID-19 e em atenção ao art. 8.º da Recomendação n.º 62 do Conselho Nacional de Justiça.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a concessão de medida cautelar diversa da prisão, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que consignou o acórdão vergastado ao ratificar o decreto prisional exarado pelo Juízo processante (fls. 106-107; sem grifos no original):

***"Com efeito, em virtude da imprescindibilidade de sua custódia cautelar, sobretudo, para a garantia da ordem pública, que certamente restaria comprometida, caso fosse ele colocado em liberdade, assertiva que se faz com base em sua indiscutível periculosidade, diagnosticada, concretamente, a partir da possibilidade de reiteração criminosa, haja vista que foi preso em flagrante juntamente com os corréus com diversidade de drogas, além de responder a outra ação penal pela***

suposta prática de crime de mesma natureza (n.º 1518167-06.2019.8.26.0590), bem como é investigado em recentíssimo inquérito policial n.º 1500280-72.2020.8.26.0590, também por tráfico de drogas, além do inquérito n.º 1523004-41.2018.8.26.0590, em que se apura a prática de roubo majorado, evidenciando que se trata de pessoa perigosa voltada para o submundo social, donde o receio de que venha a atentar contra a ordem pública, reforçando, assim, a presença dos requisitos ensejadores da custódia cautelar.

*Dessa forma, restou evidenciado o periculum libertatis a amparar a manutenção da segregação cautelar do paciente, **em face da concreta possibilidade de reiteração delitiva**, não se vislumbrando qualquer violação ao princípio da isonomia diante da soltura dos corréus que não ostentam antecedentes criminais."*

Como se percebe, os fundamentos da prisão cautelar não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, considerando-se, sobretudo, **o risco de reiteração delitiva**, a justificar a medida constritiva como garantia da ordem pública.

A propósito, vale destacar que, segundo reiteradas manifestações deste Superior Tribunal, **a existência de inquéritos, ações penais em curso, anotações pela prática de atos infracionais ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar**. Nesse sentido: HC 450.322/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018 (DJe 04/02/2019); HC 475.788/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2018 (DJe 18/12/2018); HC 447.764/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019 (DJe 20/02/2019); HC 476.134/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/02/2019 (DJe 19/02/2019).

No mais, o Juízo competente para análise da possibilidade de flexibilizar a prisão preventiva visando a preservar a saúde do preso é o responsável pela expedição do mandado de prisão, sobretudo no caso, em que não foi comprovado o real estado de saúde do Paciente, tampouco as condições do estabelecimento prisional. Desse modo, esta Corte Superior não pode se manifestar originariamente sobre a excepcional situação superveniente, sob pena de supressão de instância.

Portanto, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação

# *Superior Tribunal de Justiça*

configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável nesta fase processual, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se as informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que deverão vir acompanhadas da cópia de todas as peças processuais e da folha de antecedentes do Paciente, solicitando-lhes, ainda, a chave de acesso para consulta ao andamento do processo.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora